ORIGENS DO TEATRO MODERNO - TEATRO PORTUGUÊS ATÉ AOS FINS DO XVI SÉCULO

The origins of the modern theater - Portuguese theater until the end of the 16th century

RODRIGUES, Bartolomeu; LORIERI, Marcos

ABSTRACT

This article synthesizes the origins of the modern theater in Portugal according to the view of Alexandre Herculano who anonymously published his views in the periodical *Jornal Literário e Instrutivo "O Panorama"* (1837-1868).

RESUMO

O presente trabalho insere-se na continuação de um esforço que temos vindo a levar a cabo, no sentido de divulgarmos alguns artigos de Alexandre Herculano, escritos sob a capa do anonimato, no *Jornal Literário e Instrutivo "O Panorama"* (1837-1868).

O excerto que aqui divulgamos apresenta uma síntese das origens do teatro moderno, particularmente, em Portugal, procedente da mesma pena do autor da "História de Portugal".

KEYWORDS: Modern theater; O Panorama Journal **PALAVRAS-CHAVE**: Teatro Moderno; O Panorama

Data de submissão: Setembro 2009 | Data de aceitação: Janeiro 2010

Este artigo tem como intenção cimeira tentar identificar e dar a conhecer a autoria e o conteúdo de um texto anónimo, publicado em 1837, no *Jornal Literário e Instrutivo "O Panorama"*, intitulado *Origens do teatro moderno – Teatro português até aos fins do XVI século*. Importa, desde já, esclarecer que a peça jornalística referida, e que adiante divulgaremos, foi escrita por Alexandre Herculano.

Para além da referida difusão de uma página tão preciosa, e, no âmbito das vivências culturais do século XIX², com o intuito de contextualizar e perceber o fundo histórico em que o texto de Alexandre se recorta, parece-nos importante evidenciar três referentes individuais que, em 1837, se cruzaram, convergiram e se completaram, imprimindo um carácter indelével na cultura oitocentista portuguesa: em primeiro lugar, destacamos a criação da *Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*; em segundo, o aparecimento de *O Panorama*, o órgão jornalístico dessa sociedade; e, finalmente, a figura emblemática de Alexandre Herculano (primeiro director daquele periódico e autor anónimo do artigo em causa). Nos parágrafos seguintes, debruçar-nos-emos sucessivamente sobre cada um destes três tópicos supracitados, para em seguida transcrevermos o artigo do fundador, director e principal redactor do mais prestigiado órgão jornalístico do século XIX. Talvez se possa afirmar que 1834:

"é o marco que separa o <u>Portugal Antigo</u> do <u>Portugal Novo</u>. Para trás fica a memória, ainda viva, de um país abalado por tempestades políticas e pela guerra civil que lhe ensanguentou o solo; doravante, vislumbra-se espaço para o sonho da liberdade e do progresso. No início do reinado de D. Maria II, afastado o fantasma da guerra civil, vislumbrou-se um tempo de esperança em novas condições de vida, enxertada, agora, na paz social e política e no progresso económico, que prometiam dias de prosperidade. Foi neste contexto que surgiram novas instituições ligadas à difusão da cultura. Congregaram-se esforços. A conjugação das iniciativas dos particulares, estimuladas e acarinhadas pelo Estado, reactivaram o espírito de cooperação e de associação. Essas sociedades tinham habitualmente um órgão jornalístico divulgador de conhecimentos que, conforme a sua finalidade, eram de natureza científica, jurídica, médica,

[&]quot;O Panorama" - Jornal Literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1837, pp 12-13. Doravante será citado como "O Panorama".

NUNES, Maria de Fátima [rec. a] – O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (Antologia de textos sob a direcção de António Reis). Lisboa: Publicações Alfa, S. A., 1989, p. 8-11.

industrial ou literária. Os principais órgãos difusores de informação eram publicações periódicas, com maior ou menor tiragem e com períodos de sobrevivência mais ou menos longos, tendo, alguns deles, conhecido dias de glória que a memória das gerações seguintes preservou". ³

Uma das principais características desta imprensa emergente era, de acordo com testemunhos da época, a comunidade de propósitos, concentrados em "reunir as suas luzes para, num esforço de cooperação, animar e incentivar o gosto pelas letras, pela indústria, pelo comércio, pela agricultura e pelas ciências em geral, acendendo nas massas o amor do trabalho e da cultura"⁴. A ilustração surgia, assim, como cruzada contra o atraso e a inércia de um país inconformado com o destino a que tinha sido votado. A missão era civilizadora, a meta era acender as luzes e combater as trevas da ignorância; abrir as portas ao progresso e permitir que, em Portugal, como nos países mais desenvolvidos, brilhasse a incandescência da razão. Todos os espíritos ilustrados tinham consciência da urgência desta missão e todos sabiam que o único caminho possível para travar esta batalha decisiva era a instrução. Por isso, muitos esforços, públicos e privados, convergiram no objectivo de instruir Portugal. Foi nesse contexto que em 1837, foi fundada a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, sob os auspícios de Sua Majestade, a Rainha D. Maria II e patrocinada por muitos representantes do Constitucionalismo.

No mesmo ano (1837), a referida Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, sob a direcção de Alexandre Herculano, fundou o órgão jornalístico dessa empresa: O Panorama. Desenvolvida em cinco séries, com algumas interrupções, a vida de O Panorama estendeu-se até 1868, resultando num conjunto de dezoito volumes, praticamente um por cada ano de edição efectiva.

Alexandre Herculano, mais do que fundador, director e principal redactor de O Panorama (1837-1839), foi a personalidade que o marcou, desde a primeira hora, contribuindo para fazer dele um dos órgãos de comunicação de maior prestígio, no século XIX, em Portugal. A influência capital que o Director de O Panorama exerceu sobre a sociedade do seu tempo e o lugar ímpar que, passado mais de um século e meio continua a ocupar na cultura nacional, obrigaram-nos a indagar o texto anónimo e a

RODRIGUES, João Bartolomeu - A Educação na Revista "O Panorama" (Tese de doutoramento). Vila Real: UTAD 2008, p. 70.

MELLO, Maria Cristina - O Panorama - História de um jornal. Lisboa. Lisboa: UL, 1971, p. 8.

indiciar o pensamento artístico nele contido.

Com efeito, no contrato que estabeleceu com a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Alexandre Herculano obrigara-se a manter quatro números de O Panorama antecipadamente preparados para publicação e, posteriormente, assumiu a obrigação de escrever pelo menos três páginas, para cada número. Por outro lado, também, de início, por força do contratado, o escritor não podia revelar a sua condição de autor, pois uma das principais características deste semanário era o anonimato literário, imposto aos redactores de O Panorama, desde a sua fundação até 1843. Esta imposição gera um problema considerável. Por um lado, é certo que vários dos artigos incorporados em O Panorama, sobretudo nas edições correspondentes ao período do anonimato, foram redigidos por Alexandre Herculano, por outro, levanta-se a questão: quais os artigos procedentes da pena de Herculano? Responder cabalmente a esta pergunta, não é tarefa que se apresente fácil. Se numa investigação anterior⁵ tivemos oportunidade de identificar oito textos de carácter pedagógico, da autoria de Alexandre Herculano, publicados no Jornal O Panorama, sob a capa do anonimato, hoje, justamente, no ano em que celebramos o 2.º centenário do nascimento do fundador de O Panorama (1810-2010), queremos assinalá-lo com esta tão singela quão simbólica homenagem. O presente artigo insere-se, assim, na continuidade desse esforço, de divulgação de textos de Alexandre Herculano, desconhecidos do público.

Sem outro propósito que não seja a divulgação da peça jornalística de Alexandre Herculano, resta-nos apresentar os critérios que presidiram à transcrição integral do texto. Procedemos⁶, à actualização ortográfica dos vocábulos, aceitando que a facilidade de leitura devia prevalecer, pois não temos em vista documentar qualquer facto intrinsecamente linguístico. Todavia conservámos as formas latinas e *alatinadas*, e não alterámos a estrutura sintáctica, ou estilística, dos textos. Além disso, resistimos à tentação de mexer na pontuação, conservando-a tal qual nos aparece no original. Aliás, a detecção da variação de critério ortográfico, não só de autor para autor, mas do próprio Alexandre Herculano, seria tarefa inglória, tendo presente que parte das discrepâncias poderão ser da responsabilidade dos tipógrafos e não dos jornalistas.⁷

⁵ RODRIGUES, João Bartolomeu - *A Educação em O Panorama* (Tomos I e II) [Tese de doutoramento]. Vila Real: UTAD, 2008.

Seguimos o mesmo critério adoptado em RODRIGUES, João Bartolomeu et al. - *A Educação em O Panorama – Uma antologia de textos pedagógicos*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

RODRIGUES, João Bartolomeu *et al. - A Educação em O Panorama – Uma antologia de textos pedagógicos.* Porto: Edições Afrontamento, 2008, p.11.

Origens do teatro moderno – teatro português até aos fins do século XVI

O país onde primeiro apareceu a arte dramática moderna foi a Inglaterra, se arte dramática podemos chamar a espectáculos tirados de passos históricos da Bíblia, sem invenção ou enredo, e só copiados literalmente em discursos e acções. Estas primeiras tentativas de teor dramático-teatral, a que depois os franceses e italianos chamaram Mysterios, apareceram na Inglaterra durante o século XI. Os monges as compunham e representavam, e ainda no fim do século XIV eles pediam a Ricardo II que embargasse os comediantes de exercerem uma profissão que julgavam ser um privilégio seu, porque ordinariamente o objecto dos dramas eram extraídos do Velho e Novo Testamento.

Pelas muitas relações que havia entre a Inglaterra e a França, parece que os mistérios ingleses não tardaram em introduzir-se no país dos gauleses. A Morte de Santa Catarina, representada na abadia de Dunstaple, em meados do século XII, foi no século seguinte posta de novo em cena no mosteiro de Santo Albano em França, e é talvez esta a memória mais antiga que temos da arte dramática francesa. Depois esta continuou e cresceu, chamando-se às forças profanas fogos ou representações, e aos dramas meros mistérios.

Em Itália começou mais tarde, com este género de composições bárbaras: mas, tendo primeiro que nenhuma outra nação seguido o gosto da literatura grega e romana, brevemente o tomou também no teatro. Os dramas de Mussato no princípio do século XIV, e em latim são Ezzelino e Achiller, imitações de Séneca, escritas com um tão falso estilo como o do dramaturgo romano. Foi no décimo quinto século que apareceram em Itália os primeiros dramas vulgares: Lourenço de Medicis publicou a Representação de S. João e S. Paulo, e Ângelo Policiano apresentou pouco depois a sua tragédia intitulada Orfeo.

Desde o século XIV aparecem dramas na Alemanha; mas estes nada mais eram do que imitações dos *mistérios* franceses, e escritos em latim pelos monges. Em meados do século XV foi que verdadeiramente se iniciou neste país o teatro nacional. *Hans-Folz* e Rosenblut compuseram diversas farsas, que representaram em Nuremberga e Colmar: estas farsas, obra de homens rudes, são um tecido de grosserias e indecências apenas dignas de se recitarem diante da plebe mais desfaçada. Depois de 1500 é que apareceu Hans-Sachs, a que podemos chamar Gil Vicente de Alemanha.

Na Espanha, ou porque os Árabes o introduzissem, ou porque os espanhóis o inventassem, ou, enfim, porque muito cedo o imitassem dos franceses, o drama remonta aos primeiros tempos da monarquia. Só, na verdade, no princípio do século XIV conhecemos a cena espanhola; mas restam memórias dela muitíssimo mais remotas, e, pouco depois de 1200, dizem que apareceram dramas em Valenciano. Do século XV ainda existem muitas composições espanholas neste género de literatura.

Essas primeiras tentativas dramáticas eram forçosamente um tecido sem nexo, sem ordem, e ridículo: os seus autores se entregavam desenfreadamente a todos os caprichos de uma imaginação fervente, e as produções deste tempo são em geral monstruosas e absurdas. *Rodrigo de Cotta* começou a dar alguma regularidade ao drama na comédia de *Calisto* e *Melibea*; mas a licença de seus quadros e expressões mancha o merecimento desta peça, que depois foi algo tanto corrigida e acrescentada por *Fernando de Roxas*, autor de outra comédia, *Progne e Filomela*. Apesar de assim emendada a obra de *Cotia* ainda é monstruosa. Uma série de enredos amorosos e crimes se encruzam e estendem aí através de vinte e cinco actos. Entretanto a verdade dos costumes e caracteres e a verosimilhança dos episódios lhes deram celebridade; e com o título de *Celestina* foi ela muitas vezes reimpressa, traduzida em diversas línguas, e até na latina pelo célebre *Barthius*. A reputação da *Celestina* fez nascer os imitadores; e novas composições, com o mesmo ou diferente título, mas que estão longe de ter o mérito original, apareceram brevemente em Espanha.

Por este tempo floresceram mais outros dois autores dramáticos, o Marques de *Villena* e *João de la Enzina*, que foi o principal modelo do nosso Gil Vicente. Os dramas do primeiro foram representados em Saragoça na corte de D. João II, pelo meado do 15.º século: os do segundo o foram também, na corte de Fernando e Isabel, nos fins daquela mesma era.

Ressurgiram então as letras gregas e romanas, e a admiração do teatro antigo despertou na Espanha o génio da tragédia. *Oliva* publicou duas composições trágicas – *Hécuba triste* – e *La venganza da Agamemnon*, as primeiras que neste género se escreveram na Península. Restritas e acanhadas imitações dos gregos, elas se podem considerar como traduções livres da *Hécuba de Euripides* e da *Electra de Sófocles*.

Em Portugal é provável que começassem as representações cénicas pelo mesmo tempo em que principiaram na Espanha; mas nenhuns vestígios restam desse teatro primitivo. O que é certo é que já nos fins do século de 400 havia em Portugal entremezes. Garcia de Resende na crónica de D. João II, narrando as festas que se fizeram em Évora no casamento do príncipe D. Afonso com a Infante D. Isabel de Castela, fala, em vários capítulos, dos entremezes e representações, que nessa ocasião se

fizeram, dando a entender, pelo modo que acerca deles se exprime, que eram uma coisa bem conhecida e vulgar, e não é impossível que ainda se depare com algum monumento desse nosso primitivo teatro.

Porém o mais antigo drama que hoje conhecemos é de Gil Vicente representado em 1502 na corte de D Manuel, e Gil Vicente é, no estado actual da nossa historia literária, considerado como o fundador da cena portuguesa, pela mesma razão com que o podemos ter por inventor dos romances, ou xácaras, dos quais os mais antigos que existem são os que ele entresachou pelos seus Autos, e que dedicou à morte de el-rei D. Manuel.

Gil Vicente dividiu em quatro livros as suas composições dramáticas, incluindo no primeiro todos os autos a que chamou de devoção, por versarem em geral sobre objectos bíblicos e religiosos; mas estas obras de devoção parecem as menos devotas de todas, se das outras exceptuarmos a comédia de Rubena que pertence ao 2º livro. Estes autos são na essência o mesmo que os mistérios franceses, como eles cheios de indecências, porém ao mesmo tempo ricos em graça. O poeta abominava cordialmente o clero, sobretudo os frades, e não desaproveitou ocasião alguma de os presentear com chascos e epigramas. Ou autos das barcas, que são como continuação uns dos outros, e formam a trilogia, ou drama em três quadros, mais antiga da Europa, constituem com Mofina Mendes e Rubena a flor do teatro de Gil Vicente; porque talvez em nenhuma das cenas que os compõem deixa de aparecer em subido grau o génio da comédia. Este poeta reunia a qualidade de autor e actor, e com seus filhos representava os próprios dramas da corte de D. Manuel e de D. João III. Apesar de cortesão, o poeta morreu pobre, em Évora, depois de 1550. As suas obras se imprimiram em Lisboa em 1562, e muito mutiladas em 1586. Uma nova edição completa publicou-se ultimamente em Hamburgo em 1833.

Gil Vicente teve um filho do seu mesmo nome, que dizem desterrou para a Índia, levado pelo ciúme de este o exceder no génio dramático. Ao moço Gil Vicente se atribui a composição de um auto intitulado D. Luís de los Turcos.

Em meados do século XVI aparecem em Portugal vários poetas, que mais ou menos seguiram as pisadas do autor de Rubena. Ao infante D. Luís atribui-se o auto D. Duardos, que anda impresso como de Gil Vicente. António Ribeiro Chiado tão conhecido na corte de D. João III e de D. Sebastião, pelos seus gracejos e agudezas, e pela propriedade com que imitava a voz e o gesto de todos, nos deixou dois autos bastante engraçados, o da Natural Invenção e o de Gonçalo Chambrão. Na Primeira Parte dos Autos e Comédias portuguesas, publicada em 1587, livro hoje bastante raro, se imprimiram sete Autos de António Prestes, em que se mostra espírito cómico não inferior porventura ao de Gil Vicente, cuja escola Prestes seguiu, bem como Jorge Pinto, autor de Rodrigo e Mengo, e Jerónimo Ribeiro Soares, autor do auto do Físico, que vem naquela colecção, cuja segunda Parte nunca se deu à estampa.

O nosso Jorge Ferreira de Vasconcelos, autor dos dois romances da *Tavola Redonda*, floresceu também por estes tempos. Três composições suas nos restam, *Aulegrafia*, *Euphrosina* e *Ulissipo*, a que ele chamou comédias, e que realmente, são antes diálogos do que dramas. Nelas teve por alvo Jorge Ferreira reunir os provérbios e anexos da língua ou a filosofia popular do seu tempo, e por este lado são elas, na verdade, dignas da maior estimação; mas se as quisermos considerar como dramas, bem pequeno é o seu mérito.

No reinado de D. Sebastião, o cego Baltazar Dias, poeta natural da Madeira, publicou um grande número de autos e outras obras, humildes pelo estilo, mas com toques tão nacionais e tão gostosas para o povo, que ainda hoje são lidas por este com voracidade. Correi as choupanas nas aldeias, as oficinas e as lojas dos artifícios nas cidades, e em quase todas achareis uma ou outra das multiplicadas edições do *Auto de S. Aleixo, de S. Catarina* e da *História da Imperatriz Porcina*, tudo obras daquele poeta cego do século décimo sexto.

Este era o teatro verdadeiramente nacional até o ano de 1600, em que floresceu Simão Machado, autor do *Cerco de Dio*, e da *Pastora Alfêa*. Muitas composições deste género se perderam, ou não chegaram à nossa notícia, como os Autos de António Pires Gouge, de Sebastião Pires e de António Peres, que dizem que escreveram mais de cem dramas. O auto do *Fidalgo de Florença*, composto por João de Escobar, no reinado de D. Sebastião, teve nesse tempo grande celebridade e se imprimiu repetidas vezes. Porém dele ainda não encontrámos um único exemplar.

Enquanto assim a escola formada por Gil Vicente progredia e, em nosso entender, se aperfeiçoava, independente de estranha influência, poetas de grande nome trabalhavam por introduzir na literatura as formas de teatro grego e romano. Francisco de Sá de Miranda escreveu duas comédias, intituladas *Vilhalpandos*, e *Os Estrangeiros*, as quais imprimiram, depois da sua morte, em 1560 a primeira e a segunda em 1569. Nestas procurou ele seguir as pisadas de Plauto e Terêncio, como o confessa no prólogo dos *Estrangeiros*, e com efeito elas se podem comparar com as dos dois cómicos latinos. António Ferreira compôs quase pelos mesmos tempos as comédias *Bristo* e

Cioso e a tragédia D. Inês de Castro, a segunda que apareceu na Europa de acordo com todas as regras clássicas, sendo a primeira a Sophonisba do poeta italiano Trissino. Mas a Castro é superior e nós a temos por um milagre dramático, atendendo à falta de modelos modernos e ao século em que foi escrita. O ilustre Camões também nos deixou com o título de autos, duas comédias, Os Anfitriões e Filodemo, das quais a primeira é quase uma tradução de Plauto. Desde esta época o teatro clássico português foi caindo e podemos dizer que nunca mais tornou a restaurar-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MELLO, Maria (1971) *O Panorama – História de um jornal*. Universidade de Lisboa: Lisboa;

NUNES, Maria de Fátima (1989) - [rec. a] *O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* (Antologia de textos sob a direcção de António Reis). Publicações Alfa, S. A.: Lisboa;

O PANORAMA (1837) Jornal Literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis;

RODRIGUES, João Bartolomeu (2008) *A Educação na Revista "O Panorama"* [Tese de doutoramento]. UTAD: Vila Real: Consultado no dia 20/03/2010. In https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/108/1/phd_jbrodrigues.pdf

RODRIGUES, João B. et al. (2008) *A Educação em O Panorama – Uma antologia de textos pedagógicos*. Edições Afrontamento: Porto.